

## Ensaio contra o proclamado fim da história: elementos de discussão para um novo radicalismo

Essay against the proclaimed end of history: discussion elements for a new radicalism

Francisco Luciano Teixeira Filho\*  
Marcela da Silva Uchôa\*\*

**Resumo:** O texto discute a ideologia do fim da história, a partir de uma apreciação do discurso e da ação política da esquerda-radical. Consta-se que o ambiente político chegou a uma espécie de realização da tese de Fukuyama, a partir de um paradigma do centrismo puro, pelo qual a esquerda migra para o centro, a esquerda radical desaparece e a extrema direita avança. Critica-se as teorias do totalitarismo e da ferradura, que funcionam como mordanças para a esquerda, mas, na prática, estão a funcionar como impulsionadoras da extrema direita. Analisa-se o neoliberalismo como modelo social e afirma-se a necessidade de retomada da teoria radical e da ação radical, na esquerda. A hipótese defendida, amparada na teoria marxista, é que a demanda por mudanças profundas, visível nos avanços do extremismo de direita, só pode ser radicalmente satisfeita se a esquerda avançar no discurso radical.

**Palavras-chave:** Esquerda radical. Política. Comunismo. Extrema direita.

**Abstract:** The text discusses the ideology of the end of history, based on an appreciation of the speech and political action of the radical left. It is observed that the political environment has reached a kind of realization of Fukuyama's thesis, based on a paradigm of pure centrism, whereby the left migrates to the center, the radical left disappears and the extreme right advances. The theories of totalitarianism and the horseshoe are criticized, which function as gags for the left, but, in practice, are functioning as boosters for the extreme right. Neoliberalism is analyzed as a social model and the need to revive radical theory and radical action on the left is stated. The hypothesis defended, supported by Marxist theory, is that the demand for profound changes, visible in the advances of right-wing extremism, can only be radically satisfied if the left advances in radical discourse.

---

\* Brasileiro, Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Professor da Universidade Estadual do Ceará, Brasil; Membro colaborador do Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra, Portugal. E-mail: [luciano.teixeira@uece.br](mailto:luciano.teixeira@uece.br) <https://orcid.org/0000-0002-7891-8896>

\*\* Brasileira e portuguesa, Doutora em Filosofia pela Universidade de Coimbra. Membro integrado do Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra, Portugal. E-mail: [maruchoa@gmail.com](mailto:maruchoa@gmail.com) <https://orcid.org/0000-0002-9417-3871>

**Keywords:** Radical left. Policy. Communism. Far right.

Recibido: 8 de Febrero de 2024 Aceptado: 16 de julio de 2024

## 1 Introdução

*“Após ter assegurado a vitória total e definitiva do socialismo e a passagem da sociedade à grande construção do comunismo, a ditadura do proletariado cumpriu a sua missão histórica...”*  
(Khrushchev apud Martens 1991, 129)

Em 1991, a cortina de ferro se rasgou de alto abaixo, revelando cruamente a derrota do socialismo real, que “produziu um vácuo ideológico nas forças que lutam por um mundo melhor, mesmo entre aquelas que se opunham ao modelo soviético” (Pomeranz 2010, 19). A União Soviética não resistiu às medidas de Mikhail Gorbachev (apud Martens 1991, 137), para quem era essencial “reavaliar tudo o que houve de errado na construção do socialismo, retornando ao espírito e às teses de Lênin, o maior pensador e prático da ação revolucionário que o mundo a conhecido”. Na prática, as medidas para reestruturar a economia, dar transparência ao governo e liberdade política ao povo significaram a dissolução da União Soviética (McNair 1991).

Com a queda do socialismo real, o último grande paradigma de resistência aos sistemas econômicos e políticos ocidentais caiu aos pedaços, tal qual o muro que separava a Alemanha em duas, caído dois anos antes. Não por acaso, a unificação alemã não foi a reunião de irmãos distantes, mas a subsunção do Leste ao Oeste, vitorioso e glorificado pela história dos fatos. Nesse contexto de *recessão da esperança*, aparece um artigo intitulado sugestivamente de *The end of history?*, de Francis Fukuyama (1989), onde se lê:

o que nós podemos estar testemunhando não é apenas o fim da Guerra Fria, ou a passagem de um período particular da história do pós-guerra, mas o fim da história como tal: ou seja, o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia-liberal ocidental como a forma final de governo humano.

Em outras palavras, podemos resumir a tese do fim da história aos seguintes termos: tudo que politicamente a humanidade poderia conquistar, ela logrou, na forma do Estado de direito moderno e do livre mercado. O que se apresenta, nas próximas linhas, é a hipótese de que o que vivemos, atualmente, é o cumprimento profético daquilo que escreveu Fukuyama, *não pela força do atual momento histórico, mas pela capitulação da oposição a tal estado de coisas*. Ou seja, algo como Mark Fisher (2020, 15) assume, nos seguintes termos: a ideia de que “a história havia atingido o clímax com o capitalismo liberal pode ter sido amplamente zombada, mas continua sendo aceita, e mesmo presumida, no plano do inconsciente cultural”.

Veja: nenhum pensador, de origem mais ou menos progressista, pode concordar com tal afirmação de que a história terminou. Parece absurdo que o derradeiro estágio da história humana possa vir acompanhado da barbárie, da fome, das guerras intermináveis, do fascismo e da catástrofe climática.

Enfim, não parece ser aceitável que o estado precário seja o destino da espécie humana. Todavia, somos obrigados a reconhecer que a recusa *intelectual* da ideologia do fim da história não significou uma *prática* estranha a tal tese. Muitos intelectuais e militantes, radicalmente críticos, tornaram-se *adeptos* das ideias de Fukuyama, a despeito de serem diametralmente contra a tese de que a história se esgotou.

Tal fenômeno se torna explícito quando vemos os discursos mais inconformados com a desigualdade, sem que o locutor questione a causa dessa desigualdade; e se questiona, a proposta resume-se a mais representatividade ou mais reformas. Ora, tal discurso crítico e inconsequente é até bem aceito pela classe dominante, uma vez que a falta de radicalidade o torna inofensivo. No caso da inexistência de um discurso contrastante, porém, poderia significar o levante de um discurso incontrolado e realmente radical, como vimos no Brasil, em 2013, quando o Partido dos Trabalhadores já havia aliado totalmente ao capital local industrial e bancária, além de ter alavancado o capital agrário (Boito Júnior 2005) e os partidos das igrejas evangélicas (Campos and Viana 2023). Vladimir Ilyich Lênin (1984a, 285), por exemplo, já havia percebido isso na sua análise sobre o fracasso da Segunda Internacional, advertindo que “para a burguesia seria muito perigoso que a social-democracia se deslocasse ainda mais para a direita”; portanto, é necessário manter “frases de ressonância revolucionária, para enganar as massas”. Em outros termos: a classe dominante precisa de uma oposição bem integrada no Estado burguês. Mas parece que nem isso é possível, dado o vácuo extraordinário que se observa no espectro da esquerda radical, na história recente.

Ao que tudo indica, a perspectiva “realista”, a “realpolitik”, o “peleguismo” ou a “revolução no papel” (Lênin 1984b), seja lá o outro nome que se dê a isso, tornou-se o mote da atividade política, no espectro da esquerda. Com medo de ser chamada de radical, a esquerda abandonou seu maior trunfo: a ideia de que há um mundo a se realizar; de que esse estado de coisas é a pré-história da história verdadeiramente humana. Sem se dar conta, a esquerda recuou ao individualismo identitário, ao ativismo pontual e ao estado de torpor que o falso debate nas bolhas das redes sociais produziu. Dessas décadas de aceitação do fim da história, agora a esquerda é pega desprevenida, em toda a parte, com o crescimento da extrema direita e com o reaparecimento do fascismo, como se tudo fosse (em reprise) uma novidade terrível e imprevisível.

O ensaio que se segue se dedica ao trabalho de criticar a esquerda que se reconduz ao centro político, adotando as antinomias liberais como máximas. Diante da clássica dificuldade de definir esquerda e direita, tomamos como paradigma aquilo que chamamos de esquerda radical, como aquela doutrina política baseada na ideia de revolução para uma sociedade sem classes sociais, surgida a partir da obra de Karl Marx. Na margem oposta, está a extrema direita, que também recebe o nome genérico de fascismo: seja o próprio, italiano, ou nazista, salazarista, franquista, integralista etc. Mas fascistas são, principalmente, os fenômenos congêneres contemporâneos, marcados pelo chauvinismo, a defesa do capitalismo nacional atrasado (em se comparado à vanguarda do capitalismo global), o descaso pelo multilateralismo, anticomunismo, o colonialismo, o racismo, a misoginia, o culto à violência e a uma mítica glória passada. Esses neofascismos, representados por Bolsonaro, Trump, Orbán etc., carregam marcas regionais, mas, em linhas gerais, são fenômenos parecidos, tanto cosmeticamente, quanto na prática.

Para deixar muito claro, adotamos a separação entre o método de investigação e método de exposição, como Marx inaugura em *O capital* (Müller 1982). O método de investigação buscou apreender o núcleo do fenômeno real, de forma materialista. Com isso, analisamos as ideologias (mais influentes) correntes no meio acadêmico e midiático, cuja intenção declarada era a estabilidade das democracias liberais e resguardar os ganhos de bem-estar social conquistados por vias eleitorais.

Buscamos verificar o modo em que a esquerda passa a adotar e levantar as bandeiras liberais, mesmo quando tal adoção se reveste de uma estratégia eleitoral para romper a rejeição aos discursos radicais (Budge and Robertson 1987). Todo esse campo da aparência é necessariamente contrastado com a materialidade das coisas, onde a democracia liberal se demonstra fracassada – seja na miséria do trabalhador ou na violência desbragada da periferia, onde o Estado de Democrático de Direito é uma sombra assustadora (Uchôa and Teixeira Filho 2023).

Por fim, após apropriação desse material de investigação, sempre indicado em referências, apresentamos a exposição, com característica literária própria: não separamos literatura primária, secundária e de apoio. Não apresentamos o texto criticado apartado do texto da crítica. A apreciação segue o modo em que os discursos circulam na disputa política atual. Aceitamos, portanto, adotar Lênin e Huntington num mesmo parágrafo. Seus textos são citados e apreciados da mesma forma, já que o leitor verá, se ler com atenção, o que tratamos e o que queremos dizer. Evitamos ao máximo, portanto, tratar qualquer texto na forma de um objeto de estudo. O texto citado, aqui, é ideologia viva e circulante e a tensão produzida por seu uso, é a tensão que se pode verificar em qualquer debate político sério, que ouse sobreviver no tempo das redes. Ressalvado as indicações dos dados que trazemos, o leitor deve estar atento para o influxo das ideias e a constelação que tais ideias formam no contexto do próprio texto.

Definitivamente, não apresentamos um texto isento ou imparcial, nas páginas seguintes. Quem leu os dois parágrafos acima já percebeu o lugar que ocupamos no campo dos discursos políticos circulantes. Achamos que isso é honesto e não prejudica a análise. O paradigma que guia esse texto é: nós, da esquerda, como qualquer disputante da política, queremos chegar ao poder. Nós, radicais de esquerda, idem. Qual o erro estratégico cometemos, se cada vez mais precisamos renunciar ao nosso discurso, e ainda somos fragorosamente derrotados pela extrema direita, que adota toda espécie de discurso fascista, sem qualquer constrangimento? O texto, portanto, quer diagnosticar objetivamente o esvaziamento progressivo do discurso radical, ao passo que defende a hipótese de que esse esvaziamento da esquerda deixa aberto o espaço para o desenvolvimento do extremismo de direita. Isso não é um fenômeno novo, daí a razão das nossas conclusões não serem exatamente novas. O guia teórico é marxiano: do grande espectro do comunismo, inimigo ideal dos movimentos extremistas de direita atuais, uma só conclusão: “é tempo de os comunistas exporem, abertamente, ao mundo inteiro, seu modo de ver, seus objetivos e suas tendências, opondo um manifesto do próprio partido à lenda do espectro do comunismo” (Marx and Engels 2010, 39).

Nas próximas páginas, discutiremos essa questão, conforme o método de exposição citado. Na primeira parte, buscaremos passar em revista, de forma breve, o contexto histórico e o estado ideológico da esquerda brasileira, depois da redemocratização, mas fundamentalmente de 2003 até a chegada do bolsonarismo. Em seguida, analisaremos a ideologia do centro político, que, conforme pensamos, vem sendo a mordaza da esquerda radical e o trampolim do extremismo de direita. Na terceira parte buscamos um diagnóstico sobre a situação do intelectual crítico no atual contexto brasileiro. Por fim, dedicamos algumas páginas sobre algumas estratégias de mobilização das massas, a despeito do império desmobilizador do neoliberalismo, tratado como gramática do fim da história.

## 2 Moonwalk: a arte de olhar para frente e ir para trás

*“Nós estamos prontos para adotar os novos valores da civilização europeia que nós havíamos negado durante os últimos 70 anos, sob o pretexto do imperativo de classe”. (Mikhail Gorbachev apud Martens 1991, 141).*

Desde os primeiros sinais de abertura política, no Brasil, tivemos um êxodo de militantes, de alinhamento mais ou menos marxista, para dentro dos limites da democracia liberal burguesa. Era, então, o processo natural de desmantelamento do regime ditatorial, implementado pelas FFAA brasileiras, em parceria com um estrato significativo das classes dominantes do país. A fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 10 de fevereiro de 1980 (Meneguello 1989), sinalizou o início dessa reorientação política dos progressistas brasileiros, saídos da zona limítrofe entre a legalidade e a ilegalidade, num regime autoritário, para dentro do estado de direito liberal. Era perigosamente progressista, naquela quadra da história, enfraquecer o regime dos generais e implantar uma democracia, aos moldes dos países do capitalismo desenvolvido.

Nessa ondem do dia, figuras de primeira grandeza, entre intelectuais, sindicalistas, ativistas e teólogos perceberam os ventos da terceira onda liberal (Huntington 1994, 2000), iniciada a partir do esfriamento da Revolução dos Cravos, em Portugal, e se puseram em defesa de um destino parecido, para o Brasil. Mas a euforia causada pela promulgação da Constituição de 1988 produziu um relaxamento generalizado e, para a antiga colônia, não se defendeu o dever de “abrir caminho para uma sociedade socialista” (Constituição da República Portuguesa 1976), mas tão só a fase contrarrevolucionária, que reduziu o 25 de Abril de 1974 à tarefa de “assegurar o primado do Estado de Direito democrático”.

Da Lei da Anistia em diante, tivemos a participação intensa dos nomes mais proeminentes da esquerda brasileira nos movimentos das “Diretas Já!”, nas eleições estaduais e nacionais. Se o movimento das eleições diretas foi derrotado, as palavras de “ódio e nojo à ditadura”, proferidas por Ulisses Guimarães na promulgação da Constituição Cidadã, alentaram a esperança. Mas a expectativa com a democracia liberal durou pouco, pois logo ela mostrou sua limitação. A eleição de 1989 foi importante para mostrar que a esquerda não poderia supor o fim da luta, dada a consolidação do estado de direito liberal. Lula unificou as cabeças e corações progressistas, o que acordou o medo patológico do fantasma do comunismo e de mudanças mínimas do *status quo* do capitalismo brasileiro. Por essa razão, “na disputa para o 2º turno, o adesismo em torno da candidatura Collor ganhou uma dimensão avassaladora” (Maciel 2012, 372), que reuniu as forças mais reacionárias do Brasil. Ora, a burguesia brasileira nunca foi dada à sofisticação (sua herança mais querida é a violência colonial), logo, sua ação foi escancarada: Lula foi sabotado e derrotado em 1989, mesmo sem adotar um discurso abertamente radical. O que veio: a avalanche neoliberal brasileira.

Entendido o recado dado em 1989, a democracia brasileira foi cada vez mais adstringida. A eleição do príncipe dos sociólogos brasileiros, Fernando Henrique Cardoso, até a chegada do PT à Presidência da República, com Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003 (Keck 2010), foi prova disso. Nada que pudesse parecer qualquer mudança significativa pode ser feito. A esquerda renunciou ao seu horizonte para ocupar os estamentos do Estado burguês. Muitos dos comunistas de outrora tornaram-se cérebros de partidos políticos bem integrados, abandonando qualquer demanda radical.

A grande pauta revolucionária – a fundação de uma sociedade sem classes – parece ter saído de moda; tudo indica que o comunismo tornou-se uma ideia arcaica, ao menos como tendência, como já advertia Giddens (1996, 63s). E, com isso, o reformismo não tem sido, de forma alguma, tese marginal. Pelo contrário, *aperfeiçoar* o capitalismo tem sido o único pleito legítimo, nos meios de esquerda. Nesse ímpeto, podemos afirmar que algumas reformas inovadoras foram testadas, com maior ou menor efeito na qualidade de vida da população mais pobre, porém, nada que revertesse sistemicamente a desigualdade abismal entre os circuitos superiores e os inferiores, que o histórico colonial brasileiro nos legou (Quijano 2013; Santos 2004).

O tardio processo de fundação do bem-estar social brasileiro, no entanto, foi abortado quase instantaneamente. O reformismo, incapaz de mexer nos esquemas estruturais do capitalismo dependente à moda brasileira, só poderia sustentar algum avanço mediante um esforço orçamentário que o ‘*Mercado*’, cuja ideia fixa é, ainda hoje, o Consenso de Washington (Oliveira 2023), jamais aceitou. Enquanto a arrecadação esteve em alta, tudo pareceu funcionar bem, mas a crise do capitalismo de 2008 fez cessar o ciclo das commodities, que havia significado, no Brasil, um desenvolvimento das políticas públicas voltadas para os mais pobres (Gomes 2023) e uma trégua para as tensões sociais que marcam a vida nacional. Findado o período de opulência, o Estado brasileiro mostrou-se incapaz de mascarar as contradições estruturais do capitalismo, e os conflitos tornaram-se mais transparentes, chegando à conflagração das ruas.

Nos cartazes difusos das manifestações ocorridas em junho de 2013 via-se a expressão mais pura e imediata da calamidade das relações de classe, no Brasil. As demandas eram claramente populares, com alvo claro no abismo social que segrega a sociedade brasileira, de diversos modos. Mas a esquerda institucional, tendo assumido a tese do fim da história, preferiu responsabilizar a oposição, a CIA, a imprensa, mas não – nunca! – a violência do capitalismo, na sua forma colonial. Os valores da civilização europeia – aqueles de sempre! – foram divinizados e, com isso, não houve a tentativa de compreender as demandas dos trabalhadores, dentro de um capitalismo racista, sexista e violento. Valeu mais, para o então governo de esquerda, a ordem ideológica do Norte Global, do que a justíssima demanda daqueles que viram o Brasil ultrapassar a Inglaterra, no montante do PIB, mas roendo o osso do misticismo neoliberal.

Ora, “a cadela do fascismo está sempre no cio”. Se a sociedade brasileira possuía latentes tendências autoritárias e violentas, bastaria um néscio para conjugá-la. Como Marx (2011, 143) já alertara sobre o bonapartismo e a ausência de laços ideológicos entre os trabalhadores isolados: vem o líder ou o mito, “ao mesmo tempo como o seu senhor, como uma autoridade acima deles, como um poder governamental irrestrito, que os proteja das demais classes e lhes mande chuva e sol lá de cima”. E foi isso que aconteceu, trocados os personagens: “a tradição histórica deu origem à crença milagrosa dos camponeses franceses de que um homem chamado Napoleão lhes devolveria a glória perdida” (Marx 2011, 143). Bolsonaro tornou-se uma espécie de ídolo, capaz de aglutinar uma certa demanda radical da população, sem, contudo, ser capaz de ir à raiz de qualquer dos problemas brasileiros. Deu, contudo, respostas simples e erradas para problemas sistêmicos e ancestrais.

No final de semana seguinte ao 2º turno das eleições de 2014, na importante Av. Paulista, na capital de São Paulo, uma pequena manifestação já pedia o impeachment da presidenta reeleita, Dilma Rousseff, assim como o fechamento do Partido dos Trabalhadores e um Golpe Militar. No alto de um carro de som, Eduardo Bolsonaro lançou a candidatura do pai, Jair, à Presidência da República. O esfacelamento da política, desmoralizada por ter se homogeneizada em Centrão, somado ao lavajatismo (Boito Júnior 2016, 2017), assim como o crescimento de discursos fascistóides nas redes sociais,

produziu um estado de coisas que levou o Brasil à beira do abismo. As demandas populares e progressistas perderam o lugar e, no final de 2014, já se via marchas reacionárias nas ruas de São Paulo, do Rio de Janeiro e um pouco, em toda parte (Boito Júnior 2021, 2020).

A extrema direita ocupou a rua e roubou a pauta, exatamente quando a esquerda institucional já não conseguiu falar a mesma língua do proletariado (Teixeira Filho 2018; Pinto 2023). Fatalmente, a sociedade radicalmente oprimida, carecendo de soluções radicais, não encontrou tal aspecto na esquerda, que cada vez mais se envergonha ou silencia suas pautas progressistas, escondendo-as seletivamente (Budge and Robertson 1987). Diversamente, o extremismo de direita perdeu todas as amarras e assumiu-se como é, em quase todas as letras. Resta saber: se a direita adotou o extremismo como face e ainda apresenta avanços eleitorais significativos (Trump, Bolsonaro, Milei etc.), a estratégia de silenciar o programa, quando ele parece pouco aprazível a uma dada atmosfera opinião pública (publicada), ainda vala a pena?

Pois bem! O que se percebe é que a recusa do fim da história não levou a esquerda, comunista ou não, a uma prática dessa recusa. O mais estranho é que tal ativismo contra a profecia de Fukuyama venha desde dentro dos limites práticos da história esgotada, de modo que recusar que a história acabou se apresenta como uma *contradição performativa*. Dito de outro modo: a esquerda com capacidade eleitoral, com algumas críticas que até percebem a necessidade de radicalização, prefere optar pelo afastamento de qualquer tese radical, quanto mais próxima do poder se encontra. Conforme indica o estudo de Tarouco (2022; Tarouco, Madeira, and Vieira 2022), quase nada muito longe do padrão pode ser visto, em partidos que concorrem ao governo do país. Digamos assim: a esquerda se arranjou em uma cruzada contra a “pré-história” nos limites dessa “pré-história”; reconheceu a necessidade de mudar o sistema, desde que não seja necessário mudar o sistema. A esperança, portanto, é apenas um pálido brilho no coração dos otimistas. A prática do esquerdista, nesses termos, é a reatividade.

Os argumentos da urgência antifascista e da pressa, dada a miséria, a emergência climática etc., tornaram-se os motes da teoria e da ação política de esquerda, ao que tudo indica. O efeito colateral é a aceitação das regras da sociedade capitalista e, por fim, sua legitimação. Em nome da urgência de ação, a fim de não ser proscrito do processo de decisão da política, a esquerda aceitou rebaixar seu projeto de sociedade. Mas há esquerda sem um projeto político progressista? Há progresso significativo sem a revolução? Uma esquerda significativa pode renunciar ao radicalismo? Parece que vivemos, hoje, algo como a crise do partido social-democrata russo, no final do século XIX: o tal “período de vacilação ideológica” (Lênin 1961b, 34). A dica parece ser a mesma: consideradas as diferenças fundamentais entre o desenvolvimento do capitalismo em cada nação, algo mínimo deve se sustentar: “a conquista do poder político pelo proletariado e a estruturação da sociedade socialista” (Lênin 1961b, 35), com um fim necessário e inadiável: o comunismo.

### 3 O Centro: a arte de moderadamente ser reacionário

“...o antigo sonho norte-americano de uma paz alcançada pela conversão do adversário”. (Kissinger 1994, 455).

O medo ser categorizado como radical é uma cadeia que vem impedindo a esquerda de avançar. O dogma da teoria da ferradura (Faye 1974, 589ss), que constrange a esquerda radical há décadas, é a armadilha fatal dos movimentos progressistas e comunistas. O pavor de ser descrito, pela

opinião pública (publicada), como parte de qualquer polarização, produziu um raquitismo na esquerda. Isso levou-a ao poder, em toda parte, mas em termos de pauta e ideologia, nada sobrou, a não ser um reformismo pueril e um centrismo avassalador. O militante de esquerda (às vezes até comunista) assumiu uma dada moral do cidadão racional e impassível – uma tal estética de quem comenta política, de forma teórica, em algum jornal qualquer – que o conduziu a uma postura de renúncia dos ídolos, tal qual a velha doutrina baconiana. Não se é mais militante, parece, mas um cientista social – ênfase no cientista. Mas isso vem significando a renúncia da própria esquerda.

O tal *centrismo puro*, que reduz os polos ao mal e o centro ao bem, serviu muito mais para o avanço do extremismo de direita, uma vez que os centros são tendencialmente hegemônias, anti-esquerda e, até mesmo, conservadores (Elhefnawy 2021, 2023): é como se o polo de esquerda fosse o mal; o de direita, não tão mal. O progresso do fascismo, portanto, não é um evento extraordinário, mas é facilitado por um comunista que já não aceita ser radicalmente antifascista por medo de não ser visto como suficientemente moderado.

Ora, o lugar comum de toda análise é que não existe espaço vazio na política. O expressivo recuo da esquerda não significou o fim da necessidade de um discurso radical. Se a extrema direita se apresenta a um proletariado desorganizado e pauperizado como a quintessência revolucionária, levará consigo o anseio revolucionário – que a própria extrema direita não é capaz de entregar. A esquerda radical precisaria, ao que parece, voltar a se dizer revolucionária e, mais que isso, dizer que tipo de revolução ela quer construir. Se um certo discurso quer igualar comunistas e fascistas, é preciso que a esquerda demonstre, substancialmente, qual a diferença. A lógica macarthista e a Doutrina Truman já deixaram suficientes estragos na face da Terra. Os comunistas precisariam para existir, superá-las desde dentro das suas próprias cabeças.

Faye, ou mesmo Arendt (Arendt 2000) e seu totalitarismo, são autores perfeitos para “às exigências da guerra fria” (Losurdo 2003, 63), que pouco dizem de concreto sobre os fenômenos tratados (Mészáros 2021, 238). Na contenção do avanço soviético, deixam o terreno fértil para o fascismo. Um fascismo muito autocomplacente, que promove genocídios, guerras e a devastação de nações em nome da liberdade. Uma tal autocomplacência que observa dezenas de corpos empilhados, em Gaza, e é capaz de dizer: mas Israel é a única democracia do Oriente Médio. A tese é algo tão simples quanto isto: um bom filme faroeste, produzido em Hollywood – os matadores de indígenas sempre são os heróis. Ora, de tanto consumir tal ideia, a esquerda terminou por gritar: “sem violência! Sem vandalismo! Senhor indígena, não se iguale ao cowboy malvado! Se você o agredir, se igualará a ele e perderá a razão.” Mas o que não se considera é que *a reação é uma questão de vida ou de morte*.

Ora! De fato, a democracia liberal burguesa pôs a gramática da esperança política, de modo que ninguém é capaz de recusar a semântica da liberdade, com ou sem seus predicados: de expressão, de propriedade, de trabalho, de iniciativa, de crença etc. Poucos se dão conta, porém, que tal metafísica influente é “limitada pelo ponto de vista da liberal democracia Ocidental” (Mészáros 2005, 27). Tal estágio ideológico, sob o título da pós-ideologia, bloqueia qualquer fórmula contra-hegemônica (Mészáros 2005, 47). Ela carrega, tão somente, o espírito colonial que sempre olha para o outro como aquele incapaz de se autodeterminar. Por essa razão, qualquer coisa que exista, tenha existido ou venha a existir fora do modelo liberal burguês é imediatamente conduzido à categoria de autoritarismo, totalitarismo, terrorismo e coisa que o valha. Por essa razão, a democracia burguesa se torna absolutamente autorreferente.

Quando dizemos autorreferente, queremos afirmar que não há nenhum paradigma externo pelo qual o presente estado de coisas possa ser posto em questão. Toda menção a um estado de

liberdade é, em última instância, referente à liberdade subjetiva que se passa na democracia liberal burguesa. Isso se comprova na sacralização do conceito de democracia representativa, tal como desenvolvido pelos estados modernos, ao Norte do globo, tendo como o grande baluarte os Estados Unidos da América. Pergunte a qualquer iniciado no vocabulário político contemporâneo o que é um país democrático e ele apontará para a terra da liberdade, num enredo um tanto patético: democrático é um país que tem eleições regulares e livres, imprensa livre, liberdade de expressão e de culto etc. Mais do que isso, porém, ninguém se aventura muito, sob pena de colocar países aliados, que não são tão livres, junto dos inimigos de igual monta – o “tirano amistoso” é sempre melhor que um democrata adversário (Huntington 1997, 247).

A democracia liberal aceitou a ideia de que seria possível uma “ditadura provisória” como “estratégia de desenvolvimento que veio a ser chamada de ‘transição autoritária’, através da qual uma ditadura modernizadora proporcionaria a ordem política, um estado de direito [*rule of law*] e as condições para um desenvolvimento social e econômico bem-sucedido” (Fukuyama 2006, XIII). Ou seja, desde que a tirania venha a conduzir o país ao modo de produção capitalista e ao alinhamento automático com o Ocidente, não há, propriamente, um louvor tão fervoroso ao estado democrático de direito. Ser Centro, nesse sentido, simplesmente aceitar a ditadura de extrema direita para evitar a ditadura do proletariado.

Ora, nenhum marxista ortodoxo renunciaria a uma democracia que o permite criticar o capitalismo e a própria democracia. Sabe-se que a liberdade subjetiva, que não garante as condições de possibilidade para a efetiva liberdade, é um mero discurso burguês, como Marx (2010b, 49) já preconizava. Todavia, é uma arma. A máxima de Lênin (1961a, 146) não pode ser esquecida: “sem liberdade política, todas as formas de representação operária serão puro logro, o proletariado continuará aprisionado, nas trevas, sem ar e sem espaço, necessários à luta por sua plena emancipação”. Mas há termos e deve haver alvo. O recuo, o constrangimento e a timidez não se demonstram, nessa quadra da história, uma estratégia eficaz. Nos Estados democráticos burgueses “a luta de classes será definitivamente travada”, mas isso não significa cair no “democratismo, que se movo dentro dos limites do que é autorizado pela polícia e desautorizado pela lógica” (Marx 2012, 44).

#### 4 As armas da crítica e a crítica das armas

Em *Democracia, Estado, Revolución*, Garcia Linera (2016, 21) defende que o único caminho possível é, então, uma posição crítica radical, pois só ela é capaz de promover um espaço de transformação social, que necessariamente deverá ser também profundamente autocrítico, mas concomitantemente imaginativo e criativo. Nesse sentido, faz-se necessário mais do que insistir em reformar a democracia liberal, tal como ela se apresenta hoje. É preciso, nessa perspectiva, materializar uma concepção de democracia antagônica à reprodução da lógica liberal, baseada na produção e circulação de mercadorias.

Os eixos mobilizadores das classes em antagonismo revolucionário tendem a estar sempre vinculados a ferramentas de controle e uso do excedente econômico, como salário, segurança social, saúde, educação, a defesa dos recursos estatais e não estatais, a defesa da ampliação das necessidades vitais (água e terra), dentre outros. Esses eixos mobilizadores nos permitem perceber a complexidade da luta de classes, que vai muito além da reivindicação por melhorias salariais, mas está intimamente relacionada com outros componentes que, em muitos casos, se tornam tanto ou mais mobilizadores do povo e de sua constituição enquanto classe social (Linera 2016, 66). Não que a classe social desapareça,

em absoluto, mas a identificação da classe trabalhadora consigo mesma precisa passar pelos diversos recortes históricos, sociais e políticos, relativos à questão sexual, étnica, cultural etc.

Contudo, para isso, a esquerda não pode se contentar apenas em fazer diagnósticos e denúncias, pois ainda que sejam ações que têm sua importância para gerar indignação moral, elas não têm grande eficácia na geração de vontade de poder. Esta afirmação pode ser facilmente observada em países como o Brasil, onde os diagnósticos intelectualmente qualificados são resultado de uma academia que teve historicamente um papel importante de formação e articulação política dentro das lutas sociais. Contudo, o academicismo tem se alastrado, e a universidade que teve presença nos debates sociais, há alguns anos, vem perdendo espaço para as *think tanks*, que vêm financiando e formando novas gerações de políticos, cujo maior característica é a o extremo centrismo político. A academia, por outro lado, se mostrou incapaz de mobilizar ideias e práticas. Mesmo a técnica, cuja palavra final sempre esteve com a ciência e na universidade, agora perde espaço para os discursos negacionistas.

Tal panorama se agrava, ainda mais, com o subfinanciamento das Ciências Humanas e Sociais, que mais dificilmente se enquadram no tecnicismo exigido pelas políticas neoliberais. Por vezes, professores e alunos se encontram envergonhados de defender os espaços de produção de conhecimento crítico, posto que o retorno social é difícil de mensurar. Segundo os dados do Observatório do Legislativo Brasileiro (Luz 2022), o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro foi o que mais fez cortes nos ministérios da Educação (MEC) e de Ciências e Tecnologia (MCT) desde 1999. Nos quatro anos de mandato de Jair Bolsonaro, o MEC chegou a ter cortes de verba de 20% e o MCT, 44%. As ciências com maior potencial crítico foram as mais prejudicadas.

Tal cenário tem produzido uma hesitação crescente das instituições de ensino na produção e promoção de teorias críticas, comprometidas em reivindicar uma *práxis* radicalmente engajada, que configure alguma possibilidade de transformação na vida das pessoas. Diante deste quadro, o espaço potente de transformação tem sido substituído por uma formação meramente tecnicista e pouco crítica. A vivacidade radical e transformadora da juventude tem sido paulatinamente substituída por um discurso conservador e conformista. Esse processo alienante e destrutivo da teoria crítica não é ocasional. A medida da crescente alienação dos espaços educacionais é proporcional a potência promotora de transformação social que eles têm.

Nesse sentido, é salutar resgatarmos Karl Marx (2010a, 151), quando, em sua *Introdução à Crítica da filosofia do direito de Hegel*, defende que até historicamente a emancipação teórica tem um interesse intrinsecamente prático:

a arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma; o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra *ad hominem*, e demonstra *ad hominem* tão logo se torna radical.

A reivindicação da formação teórica, enquanto força política, reflete genuinamente a *práxis* do pensamento marxiano, e a defesa de que qualquer teoria que se proponha transformadora, só é verdadeiramente potente, se é efetivamente radical e se apodera das massas trabalhadoras. Em contrapartida ao apelo de Marx, o que temos visto no contexto teórico e político vigente, é uma contínua retração do horizonte de enunciação da esquerda global e o crescente abandono de qualquer teoria, mas também da prática política que reivindique uma postura radicalmente engajada. A tentativa

de se encaixar no ideário liberal burguês não só tem limitado o poder material da classe trabalhadora, como transformado o espaço crítico de formação de conhecimento cada vez mais conservador e preocupado com uma suposta neutralidade científica e uma categorização vazia de significado prático. Em *Materialismo e Empiriocrítica*, Lênin (1982, 165) localiza, de forma muito assertiva, o problema da vaidade acadêmica fechada em si mesma, quando afirma:

os filósofos devem ser julgados não pelos rótulos que eles próprios se atribuem [...] mas pela maneira como de fato resolvem as questões teóricas e políticas fundamentais, pelas pessoas com quem andam de mãos dadas, por aquilo que ensinam e por aquilo que ensinaram aos seus discípulos e seguidores.

Para tanto, é necessário reivindicar as teorias que representam um modelo de pensamento crítico. Uma teoria que promova a indagação e o entendimento de que os sistemas de análises das nossas vidas não são apenas sistemas de pensamentos, mas modelos descritivos dos nossos modos próprios de produção da existência, conforma os métodos de exploração econômica de uma classe por outra. Essa compreensão é importante para percebermos que a maneira como o pensamento crítico se organiza resulta necessariamente na organização das práticas transformadoras. Por isso, questões políticas são decisivas para a teoria crítica, na medida em que constituem a estrutura da imaginação social, sem perder de vista que há uma realidade material a ser transformada. Para tanto, seria preciso resgatar o compromisso da teoria filosófica com aquilo que parece ser impossível, com aquilo que não está realizado, com o horizonte utópico que é condição fundamental para que se consiga movimentar as estruturas de poder e fazer frente aos desafios do nosso tempo.

García Linera (2016) nos convida a resgatar a antiga pergunta de Lênin (2004): *O que fazer?* E nos impele a construir um novo horizonte comum, revolucionário, universalista e *radicalmente democrático*. Para tanto, faz-se necessário ir além da defesa de instituições liberais fossilizadas e partir para construção de uma prática democrática pautada na ação coletiva, na participação e na administração daquilo que é comum (Linera 2016, 78). A democracia, nesse sentido, perde o caráter formal e subjetivista. Ela poderia, com isso, se radicalizar, transformando-se em uma democracia para todos os povos, cujo compromisso seja o bem-comum, não a riqueza individual que, por regra, significa a segregação, o colonialismo, a miséria generalizada e a emergência climática. A democracia radical, portanto, é a solução definitiva para o insustentável modelo burguês de reprodução social; a esquerda radical é aquele campo ideológico que alerta para o destino inexorável de tal modelo de desenvolvimento predatório e violento.

O comunismo, a esquerda radical, enfim, não sai de moda, uma vez que a sociedade capitalista continua a dar-lhes atualidade. O pensamento crítico continua a ser pertinente, uma vez que as questões que o causam são ainda as questões humanas mais prevalentes. Não por iluminação divina, mas por uma compreensão das “leis” de desenvolvimento da sociedade capitalista, o pensamento crítico delimitou, com extraordinária precisão, as principais questões do século XXI, ainda no terceiro quartil do século XIX, como, por exemplo: “a vida da indústria se converte numa sequência de períodos de vitalidade mediana, prosperidade, superprodução, crise e estagnação” (Marx 2013, 640). Ou: “o barateamento da força de trabalho por meio do simples abuso de forças de trabalho femininas...” (Marx 2013, 661). Ou: “a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”

(Marx 2013, 703). Ou: “a constante ‘transformação em supranumerários’ dos trabalhadores nos países da grande indústria estimula de modo artificial a emigração e a colonização de países estrangeiros...” (Marx 2013, 638).

Pois bem! Parece ser necessário seguir radical, apesar das sucessivas derrotas do século XX. Se a reconfiguração das classes sociais atuais, no mundo, é uma evidência, é preciso dar lugar às formas diferentes de unificação e organização. Estas devem ser mais flexíveis, no sentido de que sejam capazes de “vincular, propor, unificar e sair adiante” (Linares 2016, 83), sem os grilhões de experiências socialistas passadas, mas também sem o medo de ser o que é. Conscientes das derrotas, perpassadas por precárias vitórias, a esquerda radical precisa ter atenção às lições que nos deixam os fracassos temporais, mas insistir na construção de conceitos, espaços e ações que se sobreponham às adversidades. Nesse sentido, não são apenas derrotas políticas parciais que explicam a atual situação de deserção, ou a estratégia defensiva das forças revolucionárias – o que hoje assistimos pode ser configurado como uma obstrução intelectual, moral e, sobretudo, um esvaziamento do horizonte alternativo com o qual a esquerda sempre se definiu.

Este fenômeno torna nítido o quanto, na medida em que a esquerda propõe menos, o desejo de transformação e movimento inato humano tem se direcionado para extrema-direita. Nesse sentido, é importante refletir o que aconteceu com a capacidade do campo progressista de propor transformações, mas também de efetivá-las e de levar os setores estruturais da sociedade a confiarem nas suas propostas. É certo, ao que tudo indica, que na mesma medida em que o pensamento crítico se reduz ao tecnicismo e à justificativa de políticas conservadoras de partidos de esquerda, os discursos da extrema-direita têm ocupado o imaginário popular, as redes sociais e os discursos na mídia.

## 5 A gramática neoliberal como linguagem do fim da história

O ativismo das classes populares na extrema direita, seja em países subdesenvolvidos, como o Brasil, ou em potências econômicas, como os Estados Unidos, demonstra que esse fenômeno não é apenas uma revolta de classe média, pequeno burguesa. Antes, expõe a grande adesão de grupos sociais mais pobres e desorganizados, que de alguma forma acabam por entender que o discurso defendido pelas elites diz respeito aos seus interesses. As reformas neoliberais, tais como as que Thatcher e Reagan promoveram no Norte Global, a fim de conter a crise do capitalismo dos anos de 1970 (Streeck 2023), vieram em conjunto com a desmobilização das massas trabalhadoras (Hobsbawm 1995, 302), o que produziu a amorfia necessária para o crescimento de elementos fascistas, dentro da sociedade capitalista, em toda a parte.

A restrição do horizonte de enunciação e de ação da esquerda, dada a aceitação tácita do fim da história, tem significado o avanço da extrema direita. Esse também foi o caso do centro do capitalismo: o choque neoliberal dos anos 1980 e a derrocada do socialismo soviético minaram a organização dos trabalhadores e abriram espaços amplos para a cooptação das massas aos discursos de extrema direita, principalmente aqueles que culpavam os emigrantes pela precarização do trabalho, no caso da Europa (Betz 1993). Em estudo mais recente, baseado em Áustria, Bélgica, França, Noruega e Suíça, Oesch (2008) demonstrou que os trabalhadores do mesmo gênero e idade têm até quatro vezes mais chance de votar em um partido de extrema direita do que um sujeito de classe média. O fator mais proeminente para esse fenômeno, segundo Oesch, é o suposto risco à identidade cultural nacional. Mas tais estudos focam no fenômeno, não na causa. O estudo de Oesch alcança o modo em que a insatisfação se cristalizou, mas não suas fontes mais elementares.

O jornal britânico *The Guardian* revelou os dados de um estudo realizado em 2022, pela Universidade de Amsterdã, em 31 países, que demonstra que cerca de 32% dos europeus votam em partidos antissistema, sejam eles populistas, ou de extrema-direita e direita (Henley 2023). Os dados revelam uma subida considerável quando comparados com os 20% que faziam no início de 2000 e os 12% no início dos anos noventa. Para o cientista político Matthijs Rooduijn (2023), da Universidade de Amsterdã, esse número está a aumentar rapidamente, o que significa não só que os partidos tradicionais estão a perder espaço na democracia representativa, mas sobretudo que o ideário de bem-estar social da democracia liberal já não convence. Dado esse fato, os pesquisadores já começam a considerar alterar a classificação de vários partidos europeus, que até então eram tidos como sendo de centro-direita, para extrema-direita, expondo o aumento daquilo que muitos chamam de *nativismo* (políticas promoção dos interesses dos nativos) no continente. A falha do estudo, porém, reside no fato de trabalhar com a teoria da ferradura, o que impede a compreensão do sentido da esquerda comunista, na disputa com os partidos de extrema direita.

O que os dois estudos acima apontam, mesmo padecendo do problema de partirem da perspectiva do radical centrismo, é que a política está sendo puxada para o campo da extrema direita, a ponto de partidos de centro já estarem migrando para o extremismo de direita. Em contrapartida, a esquerda caminha para o centro, a fim não ser parte de uma suposta polarização de extremistas. Essa é a armadilha da democracia liberal, no seu modelo pós-guerra fria. A tendência é não permitir que a esquerda radical exista e que o discurso de emancipação humana seja tratado como um equivalente do nazismo, como nas teorias do centrismo puro destacadas acima. Isso é o fim da história, mas agora sob a forma da catástrofe.

Em *A nova razão do mundo*, Pierre Dardot e Christian Laval (2016) interpretam esses fenômenos do capitalismo contemporâneo a partir da racionalidade neoliberal. Nesse programa de investigação, entende-se o neoliberalismo como resultado de um processo histórico de construção estratégica. Seus princípios de controle pressupõem que a liberdade seria extraída da concorrência mercantil (cuja lógica terminaria por se generalizar para todas as esferas sociais), entre as quais o Estado. A lógica mercantil reduz tudo ao valor de troca e, por isso, esvazia qualquer coisa de suas características substantivas. A disputa política torna-se um troca de equivalentes; o político, o gestor. Isso é a pura retomada da tese da reificação, tal como magistralmente desenvolvida no *História e Consciência de Classe*, de György Lukács (2003, 193ss). Desta forma, tudo não passa de uma situação de competição entre agentes econômicos privados: o homem-empresa, forma de subjetivação única da racionalidade neoliberal. O homem sumiu da equação, exceto como empreendedor de si. Assim,

a nova “gestão de empreendedores” [...] pretende espalhar e sistematizar o espírito de empreendimento em todos os domínios da ação coletiva, em particular no serviço público, fazendo da inovação o princípio universal de organização. Todos os problemas são solucionáveis dentro do “espírito da gestão” e da “atitude gerencial”; todos os trabalhadores devem olhar para Sua função e seu compromisso com a empresa com os olhos do gestor. (Laval and Dardot 2016, 154)

Para Dardot e Laval, portanto, o neoliberalismo supera a mera ideologia em disputa, tornando-se racionalidade global do sistema, o que encerra em si toda a potência histórica. Com isso, o engajamento e a capacidade de mobilização subjetiva, inscritos nas disposições individuais da “empresa

de si”, supostamente se colocam acima de disputas ideológicas e eliminam a política, sempre tratada como baixa e vil. A lógica neoliberal da gestão, termina “enfraquecendo as resistências éticas e políticas dentro dos setores público e associativo” (Laval and Dardot 2016, 312), que vinha sendo a resistência mais eficaz contra a regressão do espaço público ao mercado. Tudo isso só é possível através da naturalização das regras do jogo neoliberal, que consiste em uma adaptação da sociedade a realidade do Estado-empresarial – nesse formato, políticas de bases, como previdência, saúde, educação e lazer passam a ser configuradas como produtos que os cidadãos (consumidores, clientes) têm a suposta liberdade de “escolher”, sem nenhum sinal de ideologia política. Sobrando apenas a lógica da competição e da concorrência, artefatos fundamentais dessa nova razão-mundo (Laval and Dardot 2016, 344).

Dado o exposto, podemos afirmar que há toda uma gramática de reorganização social, onde falamos como neoliberais, pensamos como neoliberais e agimos como neoliberais. O próprio campo progressista defende um “empreendedorismo periférico” como algo desejável; a lógica do cidadão-cliente não deixou de alcançar a esquerda, mundo afora. Isso demonstra como a esquerda vem perdendo até mesmo em vocabulário. Chegou-se ao ponto de defender que o empreendedorismo, que nada mais é do que uma forma de violência social e a redução de toda e qualquer relação a forma da concorrência, é um horizonte legítimo. Por isso, Safatle, Silva Júnior e Dunker (2021) defendem que o que a gramática neoliberal do empreendedorismo nos propõe é a redução do humano a insumo que deve ser colocado na produção – nessa lógica tudo deve ser medido, calculado e quantificado. Não há possibilidade de solidariedade genérica entre os sujeitos; é “cada um por si e Deus contra todos”, como diz o ditado popular brasileiro. O neoliberalismo é, pelo que foi apresentado, a apoteose da desorganização do trabalhador e a sua completa vulnerabilidade ao discurso de extrema direita e fascista.

## 6 Considerações finais

O centro político é o meio. Nem muito à direita, nem tanto à esquerda. É moderado, ao modo aristotélico. As virtudes do centro são exaltadas, pois supostamente emergem de uma ação não ideológica e, portanto, não submetida aos interesses políticos. Extremos, os bárbaros, seriam todos iguais: o nazismo, com sua noção de superioridade racial, sua violência colonial contra os considerados inferiores, enfim, seriam iguais aos comunistas, igualitaristas por natureza, e que livraram a Europa da ideologia nefasta de Hitler. Todos iguais, diriam os comentaristas médios dos grandes jornais.

Mas a moderação nunca é o centro. Aristóteles nunca disse isso. Tal concepção não serve para o que se destina. E a esquerda radical, que se pretende efetiva no debate político, não pode se deixar contaminar por esse esquema simplista e conservador. Afinal, foi da conservadora Margaret Thatcher que apareceu o mantra do centro político: “não há alternativa”.

Se destruição da União Soviética significou a realização do fim da história e a ausência de concorrência ao capitalismo, não foi propriamente por virtude do sistema capitalista, que rapidamente nos encaminha para o colapso climático. Muito menos pela verdade revelada do liberalismo e do neoliberalismo, que não fosse as intervenções estatais, a transformação do orçamento público em incentivo e financiamento, não teria saído do papel. Foi, todavia, pela relutância da esquerda em se dizer radical e propor alternativas que a ficção do fim da história alcançou seus efeitos (Fisher 2020).

Mas o reacionarismo de extrema direita não tem medo de se dizer radical e mobiliza, se afirmando enquanto tal. Garantidor da ordem, ele já entendeu que as massas não se convencem mais com o discurso apascentador do progressismo. As massas querem ação, o reacionarismo lhes responde

dando um fantasma comum a ser combatido, a saber: um outro, uma alteridade capaz de destruir a “perfeita” ordem das desigualdades do mundo. Sedentas de movimento, as massas desordenadas acreditam serem protagonistas do seu tempo. Por isso, não é demais observar que a extrema direita mobiliza porque promete ação, e é a ação que a esquerda já não sabe dizer o que é. As massas já não querem o fim da história que o liberalismo prometeu, nem apascentamento, como se existisse uma política não-política, ou alguma racionalidade, técnica ou ciência pura, apartadas da política. As massas querem uma ideologia, querem a política e a real assunção da disputa de desejos antagônicos e divergentes. O tempo do liberalismo acabou, e, como dizia o teórico mexicano, Jaime Osório (2014), já é hora de reconhecermos que nada está fora da luta de classes, pois se ela não explica tudo, ela estrutura o todo.

### Referências

- Arendt, Hannah. 2000. *As Origens do Totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Translated by Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras.
- Betz, Hans-Georg. 1993. "The New Politics of Resentment: Radical Right-Wing Populist Parties in Western Europe." *Comparative Politics* 25 (4): 413-427. <https://doi.org/10.2307/422034>.
- Boito Júnior, Armando. 2005. "A burguesia no governo Lula." *Crítica Marxista* 21: 52-76. [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/critica21-A-boito.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica21-A-boito.pdf).
- . 2016. "Lava Jato, classe média e burocracia de Estado." *Revista Princípios* 142: 29-34. <https://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/download/49/76>.
- . 2017. "A corrupção como ideologia." *Crítica Marxista* 44: 9-19.
- . 2020. "Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo?" *Crítica Marxista* 50: 111-119. <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1213592>.
- . 2021. "O caminho brasileiro para o fascismo." *Caderno CRH* 34. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.35578>.
- Budge, Ian, and David Robertson. 1987. "Comparative analyses of post-war election programmes." In *Ideology, Strategy and Party Change: Spatial Analyses of Post-War Election Programmes in 19 Democracies*, edited by Ian Budge, David Robertson and Derek Hearl. Cambridge: Cambridge University Press.
- Campos, Roberta Bivar Carneiro, and Maria Fernanda Valeriano Benevides Viana. 2023. "A presença pública da Igreja Universal do Reino de Deus nos governos petistas (2003-2016)." *Debates do NER* 23 (43): 283-331. <https://doi.org/https://doi.org/10.22456/1982-8136.133570>.
- Assembleia da República Portuguesa. 1976. *Constituição da República Portuguesa*.
- Elhefnawy, Nader. 2021. "'What is Centrism?': An Examination of Centrism as a Conservative Political Philosophy." *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3867427>.
- . 2023. "Centrism and the Legitimate Bounds of Political Discourse: A Note." *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.4556733>.
- Faye, Jean-Pierre. 1974. *Los lenguajes totalitarios*. Madrid: Taurus Ed.
- Fisher, Mark. 2020. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* Translated by Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodato and Maikel da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária.
- Fukuyama, Francis. 1989. "The end of History?" *The National Interest*.
- . 2006. "Foreword." In *Political order in changing societies*, edited by Samuel Huntington. New Haven: Yale University Press.

- Giddens, Anthony. 1996. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. Translated by Álvaro Hattner. São Paulo: Ed.UNESP.
- Gomes, Claudia Maria Costa. 2023. "O choque neoliberal e o padrão de hegemonia burguesa do lulopetismo." *Revista Katálysis* 21 (1): 86-95. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n1p86>.
- Henley, Jon. 2023. "This article is more than 2 months old Revealed: one in three Europeans now vote anti-establishment." *Guardian*, 2023. <https://www.theguardian.com/world/2023/sep/21/revealed-one-in-three-europeans-now-votes-anti-establishment>.
- Hobsbawm, Eric J. 1995. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Translated by Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras.
- Huntington, Samuel. 1994. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ed.Ática.
- . 1997. *O choque de civilização e a reconstrução da ordem global*. Translated by M.H.C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva.
- . 2000. "The Democratic Invention." In *The Democratic Invention*, edited by Marc F. Plattner and João Carlos Espada. Johns Hopkins University Press.
- Keck, Margaret E. 2010. *PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Kissinger, Henry. 1994. *Diplomacy*. New York: Simon and Schuster.
- Laval, Christian, and Pierre Dardot. 2016. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Lênin, Vladimir Ilyich. 1961a. "A era das reformas." In *Sobre os sindicatos*, edited by Vladimir Ilyich Lênin. Rio de Janeiro: Ed.Vitória.
- . 1961b. "Nosso programa." In *Sobre os sindicatos*, edited by Vladimir Ilyich Lênin. Rio de Janeiro: Ed.Vitória.
- . 1982. *Materialismo e empiriocriticismo*. Lisboa: Edições Avante.
- . 1984a. "O oportunismo e a falência da II Internacional." In *Obras escolhidas*, edited by Vladimir Ilyich Lênin. Lisboa: Edições Avante.
- . 1984b. "Um passo em frente, dois passos atrás (a crise no nosso partido)." In *Obras Escolhidas*, edited by Vladimir Ilyich Lênin. Lisboa: Editorial Avante.
- . 2004. *¿Qué hacer? Problemas candentes de nuestro movimiento*. Buenos Aires: Luxemburg.
- Linera, Álvaro García. 2016. *Democracia, Estado, Revolución: antología de textos políticos*. Navarra: Editorial Txalaparta.
- Losurdo, Domenico. 2003. "Para uma crítica da categoria de totalitarismo." *Crítica Marxista* 17.
- Lukács, György. 2003. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. Translated by Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes.
- Luz, Joyce. 2022. Os cortes na Educação no atual Governo. *Observatório do Legislativo Brasileiro*.
- Maciel, David. 2012. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo: Alameda.
- Martens, Ludo. 1991. *L'URSS et la contre-révolution de velours*. Bruxelas: Editions EPO.
- Marx, Karl. 2010a. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Translated by Rubens Enderle and Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo.
- . 2010b. *Sobre a questão judaica*. Translated by Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo.
- . 2011. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Translated by Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo.
- . 2012. *Crítica do Programa de Gotha*. Translated by Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.

- . 2013. *O capital: crítica da economia política*. Translated by Rubens Enderle. Vol. I. São Paulo: Boitempo.
- Marx, Karl, and Friedrich Engels. 2010. *Manifesto Comunista*. Translated by Álvaro Pina and Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo.
- McNair, Brian. 1991. *Glasnost, Perestroika and the Soviet Media*. London: Routledge.
- Meneguello, Rachel. 1989. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Mészáros, István. 2005. *Power of Ideology*. London: Zed Books.
- . 2021. *Para além do Leviatã: crítica do Estado*. Translated by Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo.
- Müller, Marcos Lutz. 1982. "Exposição e método dialético em "O Capital"." *Boletim SEAF* 2: 17-41.
- Oesch, Daniel. 2008. "Explaining Workers' Support for Right-Wing Populist Parties in Western Europe: Evidence from Austria, Belgium, France, Norway, and Switzerland." *International Political Science Review* 29 (3): 259-379.
- <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/0192512107088390>.
- Oliveira, Augusto Neftali Corte de. 2023. "Neoliberalismo durável: o Consenso de Washington na Onda Rosa Latino-Americana." *Opinião Pública* 26: 158-192. <https://doi.org/10.1590/1807-01912020261158>.
- Osório, Jaime. 2014. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade e o tema do poder*. São Paulo: Expressão Popular.
- Pinto, Céli Regina Jardim. 2023. "A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)." *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*: 119-153. <https://doi.org/10.1590/0102-119153/100>.
- Pomeranz, Lenina. 2010. "A queda do Muro de Berlim. Reflexões vinte anos depois." *Revista USP* 84: 14-23.
- Quijano, Aníbal. 2013. "Colonialidade do poder e classificação social." In *Epistemologias do sul*, edited by Boaventura de Sousa Santos and Maria Paula Meneses. São Paulo: Cortez.
- Rooduijn, Matthijs, Andrea L. P. Pirro, Daphne Halikiopoulou, Caterina Froio, Stijn Van Kessel, Sarah L. De Lange, Cas Mudde, and Paul Taggart. 2023. "The PopuList: A Database of Populist, Far-Left, and Far-Right Parties Using Expert-Informed Qualitative Comparative Classification (EiQCC)." *British Journal of Political Science*: 1-10. <https://doi.org/10.1017/s0007123423000431>.
- Safatle, Vladimir, Nelson Silva Junior, and Christian Dunker. 2021. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo horizonte: Ed. Autêntica.
- Santos, Milton. 2004. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Ed.USP.
- Streeck, Wolfgang. 2023. "As crises do capitalismo democrático." *Novos estudos CEBRAP*: 35-56. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000100004>.
- Tarouco, Gabriela. 2022. "Esquerda, direita e eleições presidenciais no Brasil." *Estudos Avançados* 36: 133-133. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.008>.
- Tarouco, Gabriela, Rafael Madeira, and Soraia Vieira. 2022. "Manifestos and ideology: methodological issues and applications to Latin America." *Revista Brasileira de Ciência Política*. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.37.248474>.
- Teixeira Filho, Francisco Luciano. 2018. "Manifestantes e infiltrados: da excitação à transvaloração cínica nas manifestações de 2013 até 2016." *Revista de Ciências Sociais* 49 (2): 537-574.
- Uchôa, Marcela da Silva, and Francisco Luciano Teixeira Filho. 2023. "O autoritarismo brasileiro e a cotidianidade da guerra." *Revista Crítica de Ciências Sociais* (132): 49-74. <https://doi.org/10.4000/rccs.15109>.